



ADITAL
NOTÍCIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

23.07.12 - Brasil

Mesmo invisibilizados, jovens negros cearenses exercem seu protagonismo

Tatiana Félix

Jornalista da Adital

Adital

Existe no imaginário da população cearense a falácia de que "no Ceará não há negros". Apesar de ter em suas festas tradicionais elementos da cultura negra como reisados, congadas e o tão conhecido maracatu, o pouco reconhecimento da identidade negra no Ceará talvez contribua para a invisibilidade desta população e dos problemas que ela enfrenta no estado.

De acordo com o último Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará possui uma população de 8.452.381 pessoas. Deste total, apenas 385.207 se declaram negros e negras. Os/as jovens negros/as cearenses, de 15 a 24 anos de idade, somam 69.344. Como, então, defender os direitos de uma juventude "invisível"?

Seguindo a tendência do Brasil, os homicídios no Ceará, classificados por raça e cor, registram uma grande diferença entre brancos e negros. De acordo com o *Mapa da Violência 2012 – Os novos padrões da violência homicida no Brasil*, do Instituto Sangari, o Ceará registrou, em 2010, o assassinato de 1613 negros, frente a 275 brancos.

Quando se trata da população jovem, as pesquisas demonstram que é na faixa etária dos 15 aos 24 anos onde estão concentradas as mortes, que se estendem também de forma significativa até os 29 anos de idade.

Apesar do aumento constante desses dados, não deixando dúvidas sobre o fato de que os jovens, sobretudo negros, correm alto risco de morte, ainda não há políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência, que consigam reverter o quadro atual e que garantam a segurança desses jovens. "Pelo contrário, a vitimização juvenil no país continua crescendo, sendo claro indicador da insuficiência dessas políticas", indica o relatório.



Para tentar reverter essa realidade é que os/as 18 jovens do Coletivo Enegrecer Ceará discutem políticas públicas, lutam para combater o racismo e para exercer seu protagonismo, sobretudo, na defesa da população jovem negra, desde 2006. Participantes da campanha contra o genocídio da juventude negra, o Coletivo Enegrecer Ceará também desenvolve, em nível local, o projeto "Ubuntu - Juventude Negra, Juventude Viva", financiado por edital da Prefeitura Municipal de Fortaleza.



Geyse Anne Souza da Silva, de 19 anos, coordenadora do projeto, explica que a intenção é dialogar sobre o genocídio da juventude negra e escolheram a escola, onde se encontra a maioria dos jovens, para desenvolver a campanha.

Os encontros com os alunos da escola estadual Irapuan Cavalcante Pinheiro, localizada no Conjunto Esperança, na periferia de Fortaleza, aconteceram entre junho e julho deste ano, através de oficinas que debateram sobre a questão racial, o genocídio da juventude negra, cotas raciais nas universidades, rodas de capoeira, além de apresentação de um vídeo sobre afirmação da juventude negra.

Com o fim das atividades, que coincidiu com o período escolar de férias, ficou uma certeza: a intenção de voltar e dar continuidade aos trabalhos. "Queremos voltar porque a aceitação dos estudantes e da diretoria foi boa e queremos continuar para abranger mais pessoas nas oficinas sobre genocídio", revela, destacando o sucesso do primeiro projeto realizado pelo Coletivo Enegrecer do Ceará.

"A expectativa foi boa e foi uma experiência nova para mim e para os outros militantes. A gente pretende fazer [o projeto] em outras escolas, levar o debate para a juventude negra de Fortaleza, e também para os brancos", declara Geysse Anne.

Fortalecimento

Gabriel Silva, de 29 anos, um dos integrantes da coordenação do Coletivo Enegrecer Ceará, citou a relação com outros movimentos juvenis de Fortaleza, como a organização *Juventude Negra Kalunga*. "Somos coletivos diferentes, mas com participação política igual. O Enegrecer tem mais participação de estudantes, enquanto a Kalunga é mais popular nos bairros. É preciso ter diversos coletivos para fortalecer a luta do movimento jovem negro no Ceará", comenta.

Kalunga

Surgida em 2007, a *Juventude Negra Kalunga* enfrentou vários desafios até conseguir conquistar seu espaço. Isso é o que relata Luizete Vicente, de 27 anos, uma das integrantes do grupo, atualmente composto por 10 jovens.

Segundo ela, a Kalunga passou por situações como a falta de apoio de outros movimentos, inclusive o negro, até a realização de atividades sem público. "A gente ia fazer atividades e ouvia "Ah, vocês não são negros, vocês são morenos, pra que vocês estão discutindo, isso?". Já começava assim. Ou: "vocês são tão novinhos"... Aí tinha esse problema", lembra.



Para superar os desafios, os/as jovens passaram por momentos intensos de estudo e formação interna até conseguirem ser aprovados em um projeto da Geração MudaMundo – da Ashoka, em 2008, o que possibilitou realizarem formações dentro das escolas. A experiência mostrou que a Kalunga encontrava seu caminho.

"A gente chegava e não era só no período do 20 de Novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), a gente ia muito antes e dava formação. A gente falava sobre a história do negro no Ceará, sobre conceito,

a cultura, a identidade cultural negra, e por último, a juventude”, explica.

A partir daí, o grupo começou a se fortalecer cada vez mais, ganhar o respeito de outros movimentos e realizar parcerias. Em 2010 a Kalunga fica responsável por organizar o "Seminário Nacional Lutas e Resistências da Juventude Negra”, dentro do I Festival das Juventudes em Fortaleza. "Esse foi o seminário que determinou realmente o nosso espaço e a pauta aqui dentro”, ressalta.

Enfrentando altos e baixos, o grupo planeja seus próximos passos. "Com a aprovação das cotas a Kalunga vai ter agora um novo momento, que é discutir dentro das universidades a questão das cotas raciais”, revela. De acordo com Luizete, o grupo já está se articulando para fechar parcerias com as duas universidades públicas do estado, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual do Ceará (UECE), para realizar rodas de conversa sobre cotas.

Redenção?

O estado do Ceará se vangloria de ter sido a primeira província brasileira a abolir a escravidão no Brasil, a ponto de ser conhecido como 'Terra da Luz'. O feito aconteceu na cidade de Redenção em 25 de março de 1884 – quatro anos antes, então, do 13 de Maio, marcado pela assinatura da Lei Áurea, em 1888. A abolição, no entanto, se deu num contexto, onde a presença do povo negro não era, sob o ponto de vista comercial, interessante para os fazendeiros e demais castas ricas cearenses, uma vez que não se teve fortemente a cultura de cana-de-açúcar ou do café, comum em outros estados como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo.



"Negros no Ceará – Redenção?" é uma série de matérias elaboradas por **ADITAL** que busca retratar e questionar a história atual do povo negro no Ceará. Quais são suas lutas, como se identificam neste processo ainda bem marcado pelas nuances brancas, o que tem a dizer sobre o orgulho de ser negro, o que acham das políticas afirmativas, o que pensam do preconceito. Essas são algumas das diretrizes que procuram evidenciar esta cultura rica que, embora invisibilizada, pulsa forte como uma batida do maracatu e que cada vez mais conquista seu espaço através de muita luta, que reverbera em

seus tambores o ritmo da justiça e o anseio de peitar uma dívida histórica social.

Conheça mais do Coletivo Enegrecer e da Juventude Negra Kalunga acessando os respectivos blogues: <http://enegrecer.blogspot.com.br/> e <http://juventudenegrakalunga.blogspot.com.br/>

Ao publicar em meio impresso, favor citar a fonte e enviar cópia para:
Caixa Postal 131 - CEP 60.001-970 - Fortaleza - Ceará - Brasil



ADITAL
NOTÍCIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

24.07.12 - Brasil

Do sonho à luta: estudantes guineenses se mobilizam para assegurar seus direitos no Ceará

Karol Assunção
Jornalista da Adital

Adital

Resistência. Essa parece ser a palavra que melhor se encaixa na vida de africanos e africanas no Brasil. Se outrora eles/as desembarcavam no país sul-americano obrigados/as a servirem de escravos/as e lutavam pela liberdade; hoje, atravessam o Atlântico com a intenção de conseguir melhores oportunidades de estudo e lutam para assegurar seus direitos.

É o caso de um grupo de estudantes de Guiné-Bissau (país da costa Ocidental da África) que está no Ceará, estado do Nordeste brasileiro. Graças à mobilização dos/as estudantes, os/as guineenses conseguiram chamar a atenção para a realidade que enfrentam no estado e agora celebram as primeiras conquistas de um impasse envolvendo faculdades particulares cearenses.

SEJA UNIVERSITÁRIO NO BRASIL
Inscrições abertas

FACULDADE EVOLUÇÃO
FATENE 2009.1

VESTIBULAR
Em BISSAU

Enfermagem
Serviço Social
Educação Física
Sistemas para Internet/Análise e Desenvolvimento
Gestão da Tecnologia da Informação
Redes de Computadores
Processos Gerenciais (Gestão Empresarial)
Marketing

Próximo Sábado
Prox. 14h00
Consultar Local

SOLICITE
CDD: 015089 87500
Av. Diniz Veniz, nº 12
BISSAU

Após quase um ano de denúncia contra três instituições de ensino, os/as estudantes conseguiram a primeira vitória. No último dia 13 de julho, o Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) e as Faculdades Evolução, de Tecnologia do Nordeste (Fatene sede Damas) e Terra Nordeste (Fatene sede Caucaia) assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para renegociar as dívidas de estudantes guineenses.

Com o acordo, os/as alunos/as vindos/as do país africano poderão parcelar as dívidas com a faculdade em até seis vezes, sendo mantido o desconto. Além disso, as mensalidades permanecerão sem reajuste e com o valor inicialmente acordado, e as instituições não poderão negar o pedido de transferência do/a aluno/a para outra faculdade nem declaração de situação acadêmica e/ou financeira e histórico escolar.

Um longo caminho de luta

"Podemos dizer que demos um passo muito importante nessa luta". A afirmação é de Gino Pereira, um dos integrantes do Movimento Pastoral dos Estudantes Africanos, organização criada pelos/as jovens de Guiné-Bissau para discutir as problemáticas vivenciadas pelos "irmãos" e pelas "irmãs" guineenses que estão no

Ceará.

Para ele, o acordo assinado vai ajudar muitos/as estudantes que não tinham como pagar a faculdade por conta da diferença da situação apresentada pelas instituições. Esse primeiro passo, porém, foi conseguido através de muita luta. Gino lembra que o TAC firmado pelas faculdades foi graças a uma "luta de muito tempo" e à união dos/as estudantes.

A visão do guineense é compartilhada por Francisco Vladimir, agente da Pastoral do Migrante/Núcleo de Estudantes Internacionais, do setor de Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), "A gente avalia o acordo como positivo, fruto de um processo de luta realizado pelos próprios estudantes. Mas a luta continua. A Pastoral [do Migrante] seguirá com o suporte para continuar olhando para frente", afirma.

Artur Sá, também integrante do movimento de guineenses, explica que o grupo surgiu inicialmente para unir os/as "irmãos/ãs" na fé e ajudar nas missas. Logo passou a pautar os problemas enfrentados pelos/as estudantes de Guiné-Bissau nas faculdades particulares e a buscar soluções.



Para ajudá-los nesse processo, procuraram a Pastoral do Migrante no Ceará/Núcleo de Estudantes Internacionais, que os/as acolheu e encaminhou a questão para o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, responsável por entrar com uma representação no MPF/CE e encaminhar ofícios para outras instituições públicas.

Para os/as guineenses, a mobilização dos/as estudantes e a ajuda de outras organizações sociais foram pontos importantes nesse processo. Além do encaminhamento jurídico, o estudante guineense Alberto Imbunde lembra

ainda a preocupação da Pastoral em acompanhá-los e apoiá-los no processo de denúncia. "Foi graças a eles que a gente chegou até aqui", comenta, destacando o incentivo e a ajuda da Pastoral para que o grupo pudesse denunciar o caso na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, realizado em junho passado no Rio de Janeiro (RJ).


O guineense enfatiza que o objetivo dos/as estudantes no Brasil é estudar e voltar com o diploma. "A nossa expectativa era de fazer o curso rápido e voltar, mas com os valores ao nosso alcance", afirma.

Para entender o caso

A negociação foi a primeira vitória dos/as estudantes guineenses desde que chegaram ao Ceará através das três faculdades. O caso refere-se a centenas de estudantes que estão no estado nordestino para estudar. Atraídos pelos valores da mensalidade e do custo de vida apresentados pelas instituições e com o sonho de estudar em outro país, jovens guineenses prestaram vestibular e atravessaram o Atlântico em busca de estudos.

A realidade encontrada, entretanto, foi bem diferente da esperada. Logo que chegaram – entre os anos de 2009 e 2010 -, muitos/as perceberam que, com a quantia divulgada pelas faculdades em Guiné-Bissau, não conseguiriam se sustentar no Brasil. O gasto fora do previsto no orçamento inicial gerou uma série de problemas.

alimentação para quatro pessoas, o que daria cerca de R\$136,45 para o grupo, ou seja, menos de R\$2,00 por dia para cada pessoa. Em 2008, de acordo com Nilce Cunha, a cesta básica em Fortaleza custava cerca de R\$186.



21 - Como é sistema de alojamento nas cidades de Fortaleza e de Caucaia, Ceará-Brasil?

Depre através de aluguel (renda) de casas ou apartamentos em prédios residenciais, de um até três quartos de dormit, as quais são almente custam, em média, 265.000 CFA para 3 quartos, os quais podem ser alugados entre cidadãos guineenses estudantes (três ou quatro pessoas por quarto). Vide simulação na planilha anexa - fonte: Instituto Guiné-Bissau-Ceará no Brasil - Sr. Vitor C.

DESCRIÇÃO	VALOR	OBS.
ALUGUEL (RENTA)	84.000 CFA	Mensal para uma residência (renda pode ser dividida pelos número de compartimentos)
REFEIÇÕES (COMEDORIA)	35.000 CFA	Por mês para uma 4 pessoas (o mínimo)
TRANSPORTE	17.000 CFA	Por mês, sem carteira de estudante
	8.500 CFA	Por mês, com carteira de estudante
ENERGIA ELÉTRICA	6.000 CFA	Mensal a ser rateado pelas moradoras
SALON	-	Atendimento gratuito para estudantes pelo governo brasileiro
COMPAS DE TEXTO DE APOIO	25 CFA	A4 Preto/branco (cada expressão) conforme cada disciplina
DEMAIS GASTOS	A verificar	De acordo com a situação e período (comidas não básicas, viagens, deslocamentos não estudantis, laboratório, livros, viagens internacionais, e locais móveis, etc.)

Obs: O custo do visto básico em Fortaleza-Ceará-Brasil é menor do que no Guiné-Bissau, e muito menor do que em Portugal. Também a qualidade de vida, a infra-estrutura e o nível de desenvolvimento da cidade de Fortaleza-Ceará-Brasil são excelentes.

A procuradora considera que o Termo beneficiará os/as jovens que querem continuar com os estudos. "O preço subestimado foi uma falha, mas não considero crime. As faculdades estão assumindo a parcela de responsabilidade assinando o TAC", acredita.

A luta continua

Se o acordo com as faculdades foi apenas o primeiro passo da luta dos/as estudantes de Guiné-Bissau no Ceará, agora é o momento do segundo passo: regularizar a situação do visto no país. Como muitos/as estavam inadimplentes com as faculdades, não conseguiram a declaração de matrícula para renovar e visto, ficando em situação irregular.

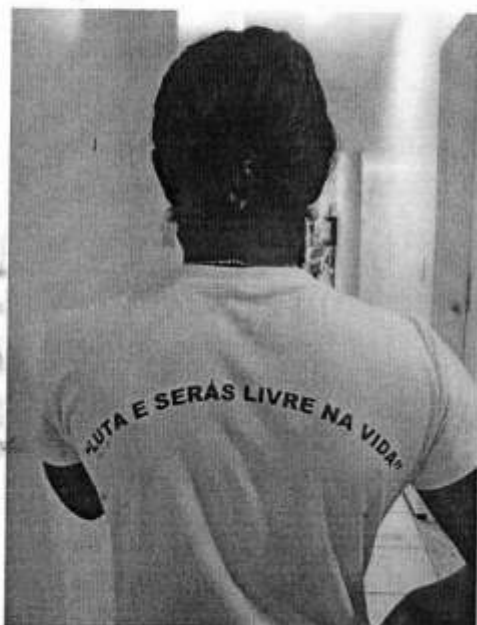
Foi o caso de uma jovem guineense abordada pela Polícia Federal (PF) no último dia 10 de julho no Shopping Benfica, em Fortaleza. Apesar de pertencer a outra faculdade particular, a estudante estava trabalhando de forma irregular – já que o visto de estudante não permite trabalho, apenas estágio. A jovem possuía o visto vencido desde agosto de 2010. Por conta disso, recebeu uma multa no valor de R\$827,75 e foi notificada para deixar o país em oito dias ou seria deportada.

No dia 18 de julho, a decisão da juíza da 3ª Vara Federal no Ceará, Germana de Oliveira Moraes, beneficiou a estudante, permitindo que ela permanecesse no país. A juíza acatou a ação cautelar solicitada pelo Ministério Público Federal no Ceará determinando que a Polícia Federal se abstenha de adotar medida de deportação de estudantes guineenses em situação irregular matriculados nas faculdades Evolução e Fatene, decisão que também se estendeu à jovem.

Segundo a procuradora Nilce Cunha, o MPF/CE está tentando negociar com o Ministério das Relações Exteriores a possibilidade de anistia do débito dos vistos atrasados e a renovação do documento. A intenção é tentar uma negociação na esfera administrativa, mas, se não for possível, irá recorrer à esfera judicial. "A negociação será a nível de Diplomacia ou na Justiça", afirma, destacando a possibilidade de entrar com uma ação civil pública para pedir a regularização do visto.

Outros desafios

A situação dos/as estudantes guineenses também foi destaque do seminário *Mobilidade Humana: Acolhida, Desafios e Garantia de Direitos – Política de atendimento humanizado a imigrantes* realizado pela Pastoral do Migrante nos dias 20 e 21 de julho em Fortaleza (CE).



Na ocasião, irmã Rosita Milesi, do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), destacou a importância do atendimento humanizado ao migrante, com foco no ser humano, além de indicar propostas e sugestões para melhorar a causa migratória no Brasil. Patrícia Oliveira, advogada do Escritório Frei Tito, discutiu sobre a situação dos estudantes guineenses em Fortaleza, destacando a importância da articulação e da pressão deles/as para encaminhar o processo.

"Estão só começando nossas conquistas reais e concretas. Muito importante a mobilização e a pressão. O papel mais importante nesse processo foi dos estudantes que tiveram coragem de se mobilizar e pressionar. Ninguém pode impedir vocês de falar", enfatizou.

Os/as guineenses presentes no encontro aproveitaram a ocasião para ressaltar a importância da união dos/as jovens de Guiné-Bissau e ainda destacaram outros problemas enfrentados, como racismo e discriminação, dificuldade em conseguir estágio

remunerado na área de estudo, problemas financeiros, entre outros. A ideia é seguir a caminhada de luta para buscar estratégias de superação dessas questões.

Redenção?

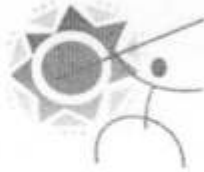
O estado do Ceará se vangloria de ter sido a primeira província brasileira a abolir a escravidão no Brasil, a ponto de ser conhecido como 'Terra da Luz'. O feito aconteceu na cidade de Redenção em 25 de março de 1884 – quatro anos antes, então, do 13 de Maio, marcado pela assinatura da Lei Áurea, em 1888. A abolição, no entanto, se deu num contexto, onde a presença do povo negro não era, sob o ponto de vista comercial, interessante para os fazendeiros e demais castas ricas cearenses, uma vez que não se teve fortemente a cultura de cana-de-açúcar ou do café, comuns em outros estados como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo.



"**Negros no Ceará – Redenção?**" é uma série de matérias elaboradas por **ADITAL** que busca retratar e questionar a história atual do povo negro no Ceará. Quais são suas lutas, como se identificam neste processo ainda bem marcado pelas nuances brancas, o que tem a dizer sobre o orgulho de ser negro, o que acham das políticas afirmativas, o que pensam do preconceito. Essas são algumas das diretrizes que procuram evidenciar esta cultura rica que, embora invisibilizada, pulsa forte como uma batida do maracatu e que cada vez mais conquista

seu espaço através de muita luta, que reverbera em seus tambores o ritmo da justiça e o anseio de peitar uma dívida histórica social.

Ao publicar em meio impresso, favor citar a fonte e enviar cópia para:
Caixa Postal 131 - CEP 60.001-970 - Fortaleza - Ceará - Brasil

**ADITAL**

NOTÍCIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

25.07.12 - Brasil

Em busca de respeito: mesmo com expressiva presença no Estado, religiões de origem africana vivem sob o preconceito

Natasha Pitts

Jornalista da Adital

Adital

Em 25 de março de 1884, a cidade de Redenção, no estado do Ceará (Nordeste do Brasil), saiu na frente de todas as outras e, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, aboliu a escravidão. Apesar disso, 128 anos ainda não foram suficientes para acabar com todo preconceito que circunda a cultura da população afrobrasileira. O tratamento dado às religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, é uma prova do quanto ainda é preciso evoluir para se superar o convencionalismo e a discriminação.



O preconceito histórico com as religiões de matriz africana anda de mãos dadas com o preconceito racial que persiste até hoje. O professor Henrique Cunha Júnior, do Núcleo de Africanidades (Nace) da Universidade Federal do Ceará (UFC) explica que o racismo relacionado a estas religiões é chamado de racismo antinegro.

"O racismo não é algo que passa simplesmente pelo preconceito, é uma forma de intolerância que prejudica a imagem, prejudica a vida, e que impede a realização de uma série de coisas", assinala.

"Existe no imaginário popular um arquivo morto dessas religiões, consequência de uma política pública do Brasil no início da República, quando se tentou estigmatizar todas as ações culturais da população negra. Tentou-se desafrikanizar o Brasil, houve uma condenação das religiões de matriz africana e isso ficou até hoje. Na República Velha, os seguidores das religiões [de matriz afro] eram presos e internados em manicômios, pois eram tidos como dementes. E isso acontecia em todos os Estados da Federação", explica.

Este tipo de situação não foi registrado apenas no Brasil. A história conta que as religiões de matriz afro começaram a ser demonizadas, deturpadas e criticadas a partir da chegada de missionários europeus ao continente africano, que ao tomarem conhecimento do culto aos orixás - e não aos santos-; das danças e batidas dos tambores passaram a propagar que os negros adoravam o demônio.

Outra explicação complementar também seria a de que missionários se depararam com uma escultura do orixá "Exu" - montículo de terra com um pênis de barro e um par de cifres - e logo associaram ao demônio conhecido nas religiões cristãs, mesmo esta sendo uma figura inexistente para as religiões de

terreiro.

A historiadora Silvia Maria Vieira explica. "O preconceito à cultura afrodescendente (as religiões de matriz africana estão nesse hall) se construiu a partir da ideia de que tudo que estava fora do padrão eurodescendente não se configurava como algo importante, científico e valorizável. As religiões ocidentais têm como fundamento o dualismo, a ideia de que o bem deve vencer o mal. Dentro das religiões de matriz africana o bem e o mal devem estar em equilíbrio, afinal todos temos o bem e mal dentro de nós. Por que um deve ser anulado em função do outro?", questiona.

A partir da falsa afirmação de culto ao demônio, toma-se como verdade a ideia de que as religiões de matriz africana são usadas exclusivamente para se praticar o mal. Esse pensamento segue no imaginário popular até hoje e por este motivo, entre outros, 'macumbeiro' se tornou um xingamento.

Em Fortaleza, capital cearense, a situação não é muito diferente. O Candomblé chegou aqui por volta da década de 1950 e ganhou notoriedade com a apresentação do espetáculo "Uma noite na Bahia", estrelado no Teatro José de Alencar em 7 de fevereiro de 1955, pelo capoeirista Mestre Bimba e seus alunos.

Depois deste contato com a cultura africana o Candomblé começou a se popularizar na cidade, mas como era de se imaginar, seu exercício na "Terra da Luz" foi cercado de discriminação. Para que as primeiras casas começassem a funcionar foi preciso ajuda de pais, mães e filhos de Santo do Estado da Bahia, onde a religião era praticada e conhecida há mais tempo.

Ainda hoje, mesmo com a presença de 5 mil terreiros em Fortaleza e região metropolitana e uma média de 14 mil no estado cearense - segundo dados da União Espírita Cearense de Umbanda - a população do Estado tem dificuldades em aceitar as religiões de matriz africana, a presença de pais e mães de Santo com suas vestimentas características e o batuque dos tambores nos terreiros.

O pesquisador de folguedos populares e da cultura Afro-brasileira no Ceará, iniciado no Candomblé e presidente da Associação Afro Brasileira de Cultura ALÁGBA, Leno Farias, testemunha que por conta da discriminação com as religiões de matriz africana não é difícil a polícia entrar em terreiros para apreender os instrumentos justificando estar cumprindo a Lei do Silêncio.

"O terreiro, passou das 10h [da noite], se ele tiver tocando tambor, a polícia vai lá e fecha, mas a igreja de Fátima pode fechar a [Avenida] 13 de maio e fazer culto e atrapalhar a vida de todo mundo até a hora que eles quiserem. A igreja evangélica, na periferia, pode deixar sua banda - com bateria, guitarra - tocar até a hora que eles quiserem, até uma hora da manhã, e nada acontece", revela.

Quando fala sobre a igreja de Fátima, o pesquisador faz referência à caminhada e à missa campal que acontecem todo dia 13 de maio para relembrar a última aparição de Nossa Senhora de Fátima.

Leno conta que o preconceito chega a prejudicar a vida pessoal dos frequentadores dos terreiros. Ele mesmo chegou a ser demitido quando seu empregador, um padre da Igreja Católica, tomou conhecimento de que seu funcionário era do Candomblé.

O pai de Santo e historiador Valdo de Iansã também assumiu já ter passado por situações em que foi discriminado por ser seguidor de uma religião de matriz afro.

"Já passei constrangimentos como, por exemplo, recebi convites para ser padrinho de uma pessoa na igreja, mas quando



descobriram que eu era de terreiro não deixaram. Na escola aqui no bairro onde eu sou professor, sou conhecido como professor Lopes, os alunos me abordaram perguntando se eu morava 'naquela casa', na casa do macumbeiro Valdo. Eu disse que estavam falando com ele e os alunos se admiraram por eu ser *macumbeiro*, como eles dizem, e também professor. Eles imaginavam que quem era seguidor das religiões de terreiro não tinha cultura. As pessoas sabem de tudo, menos o que a religião realmente é e faz", relata.

O professor Henrique Cunha revela que as crianças que frequentam o terreiro também sofrem com o olhar torto e o desrespeito de quem não conhece as religiões de matriz africana.

"As crianças enfrentam uma barreira muito séria na escola.

Alguns quando chegam de cabeça raspada [uma das etapas da iniciação ao Candomblé, que significa renascimento] preferem

dizer que tiveram leucemia do que assumir que são do candomblé. No Maranhão, uma criança chegou a levar uma surra de Bíblia de evangélicos. E em Fortaleza há os mesmo problemas", conta.



Mais adeptos

Apesar de todo preconceito, o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que cresceu o número de adeptos das religiões de terreiro. O censo de 2000 registrou que até este ano existiam no Brasil 127.582 seguidores do candomblé e 397.431 adeptos da Umbanda, religião genuinamente brasileira nascida no Rio de Janeiro, na década de 20, mas que carrega fortes características das religiões de matriz africana. Já a última pesquisa, a de 2010, revelou que em todo o Brasil 167.363 pessoas afirmam ser adeptas do Candomblé e 407.331 da Umbanda. O censo traz ainda a informação de que 14.103 pessoas se declararam de outras religiosidades afro-brasileiras.

Pai Valdo de Iansã acredita que a quantidade de seguidores destas religiões seja muito maior. "Estas pessoas que aparecem na pesquisa são apenas as que tiveram coragem de assumir sua religião, mas muitas mais frequentam os terreiros e quando saem do portão para fora elas dizem que são católicas ou evangélicas, justamente pelo preconceito", assegura.

Respeito

Mesmo com todas as manifestações de discriminação, desrespeito e intolerância, o pai de Santo acredita que hoje as pessoas estão com a mente mais aberta. "Antes sentia que o preconceito era maior, até os terreiros recuavam", opina.

Mas Leno Farias quer ainda mais. Ele assegura que o povo de Santo e os demais seguidores das religiões de matriz africana não desejam apenas ser tolerados. "A mim não interessa ser tolerado, o povo de terreiro não quer tolerância, o que nós queremos é respeito. Se não for possível, não queremos mais nada", assegura.

Para o professor Henrique, conhecer antes é uma das atitudes que pode ajudar a acabar com a discriminação. "Entender o que essas religiões fazem ajuda a combater o preconceito e inclusive ajuda as religiões a cumprirem suas missões".

A historiadora Sílvia Maria também defende a valorização das religiões. "Acima de tudo as religiões de matriz africana devem ser valorizadas e reconhecidas como parte da nossa cultura. Temos muito que aprender com essas religiões que valorizam a natureza, a comunidade, os ancestrais, a cooperação e acima de tudo o ser humano".



Sílvia, também acredita que um bom passo é conhecer a influência destas religiões na cultura e formação social brasileira. "Temos muito da cultura africana, porém não sabemos que muito do que fazemos e valorizamos tem essa matriz. Pedir a benção aos mais velhos é típico da cultura africana/afrodesdendente, a configuração de uma família estendida onde as pessoas se

preocupam e ajudam uns aos outros, dividindo tudo e inclusive a comida é outra prática, a musicalidade, a valorização da natureza e sua manipulação com o uso das ervas, a nossa malemolência", acrescenta.

Redenção?

O estado do Ceará se vangloria de ter sido a primeira província brasileira a abolir a escravidão no Brasil, a ponto de ser conhecido como Terra da Luz. O feito aconteceu na cidade de Redenção em 25 de março de 1884 – quatro anos antes, então, do 13 de Maio, marcado pela assinatura da Lei Áurea, em 1888. A abolição, no entanto, se deu num contexto onde a presença do povo negro não era, sob o ponto de vista comercial, interessante para os fazendeiros e demais castas ricas cearenses, uma vez que não se teve fortemente a cultura de cana-de-açúcar ou do café, comuns em outros estados como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo.



"Negros no Ceará – Redenção?" é uma série de matérias elaboradas por **ADITAL** que busca retratar e questionar a história atual do povo negro no Ceará. Quais são suas lutas, como se identificam neste processo ainda bem marcado pelas nuances brancas, o que tem a dizer sobre o orgulho de ser negro, o que acham das políticas afirmativas, o que pensam do preconceito. Essas são algumas das diretrizes que procuram evidenciar esta cultura rica que, embora invisibilizada, pulsa forte como uma batida do maracatu e que cada vez mais conquista seu espaço através de muita luta, que reverbera em

seus tambores o ritmo da justiça e o anseio de peitar uma dívida histórica social.

Ao publicar em meio impresso, favor citar a fonte e enviar cópia para:
Caixa Postal 131 - CEP 60.001-970 - Fortaleza - Ceará - Brasil

GESTOR PÚBLICO,
Graças ao seu esforço, o combate
à dengue está cada vez mais forte.

26.07.12 - Brasil

Descaso: Falta de preparo e discriminação prejudicam mulheres negras no acesso à saúde

Tweet Curtir 0

Tatiana Félix
Jornalista da Adital

Adital

Ser chamada de 'macumbeira', ficar no final da fila e ser a última a falar devido à cor da pele e da religião que segue. É essa a realidade vivida por mulheres negras cearenses, seguidoras de religiões de matriz africana, quando precisam buscar atendimento médico na rede pública de saúde. Situações que reforçam a discriminação de gênero e de raça, e a intolerância religiosa que ainda persistem no país, apesar de o Estado se declarar 'laico' e de tentar promover a igualdade racial.

No Ceará, estado do nordeste brasileiro, a falta de políticas para a saúde da população negra demonstra que o Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), aprovado em 2006, não está sendo cumprido na prática. De acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Saúde, não há dentro do órgão, um setor específico que atenda as necessidades da saúde da população negra.

Na capital Fortaleza, a realidade não é muito diferente. Só para se ter uma ideia, há cerca de três meses não há nenhuma pessoa responsável dentro do setor de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde para atender a essa parcela da população, segundo também informou sua assessoria de comunicação.

Meiry Coelho, integrante do Instituto Negra do Ceará (Inegra), que integra o Conselho Municipal de Saúde, relatou a dificuldade que foi criar a Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra na cidade de Fortaleza e afirma que está enfrentando outra dificuldade para manter o órgão. "Não queriam criar a Comissão e agora também estamos brigando para mantê-la, porque não tem conselheiro", revela.

A falta de políticas, de atenção e de preparo dos profissionais da saúde, no momento do atendimento, são sentidos pelas pacientes. "As mulheres relatam que são chamadas de macumbeira, ficam pro final da fila ou são as últimas a falar. Sofremos discriminação por causa da cor da pele", denuncia Mãe Vilma de Jagu, integrante do

Grupo de Trabalho (GT) Mulheres de Axé Saravá, iniciada na Umbanda e também no Candomblé há 12 anos.

Moradora da cidade de Caucaia, localizada na região metropolitana de Fortaleza, Vilma conta que sua própria família foi vítima de discriminação religiosa. "Logo que a gente se mudou para cá, em 2003, uma agente de saúde veio fazer uma visita domiciliar [pelo atendimento do Programa Saúde da Família]. Ela entrou por uma porta, viu a minha avó e quando saiu por outra porta, viu que aqui era um Centro de Umbanda e nunca mais voltou", lembra.

Somente dois anos depois o caso foi denunciado no Posto de Saúde, quando Vilma usou o serviço e



Hotsites

Igrejas - Ecumenismo



Adital - Acervo de Publicações



Tráfico de Pessoas



Economia Solidária



Frei Tito - Memorial Online



Mais lidas (nos últimos 7 dias)

Brasil - 20.07.2012

Greve das universidades públicas

Mundo - 20.07.2012

Quino e Mafalda: Criador e Criatura

Mundo - 20.07.2012

Cúpuia dos Povos

Peru - 20.07.2012

Governo criminaliza protestos contra atividades mineiras

1 2 3 4 5 ▶

Artigos - Opinião



Brasil

Reforma Política e Eleições Municipais

(Frei Betto)



Mundo

Coração ferido: a irracionalidade da razão

(Leonardo Boff)

La Jornada

México

Deputados: 'Trata de pessoas poderia ser o negócio número 1 do crime'

(La Jornada)

constataram que sua família não estava mais recebendo a visita da agente do Programa Saúde da Família. "Ouviram [o relato] por educação, só pra dizer que estão dando atenção", critica, recordando que depois disso a única diferença foi terem a visita do Agente de Saúde que orienta na prevenção da Dengue. "Mas nós temos pessoas em casa que precisam do atendimento da Saúde da Família", reforça.

É neste cenário de despreparo que muitas outras mulheres negras cearenses – algumas seguidoras de religiões de matriz africana -, enfrentam discriminações no acesso a saúde. "A gente se sente discriminada, a gente não é obrigada a professar a mesma fé dos outros ou a acreditar no mesmo Deus deles. O respeito às religiões é um direito constitucional e é preciso separar trabalho e religião", desabafa.



Vilma faz parte do Mulheres de Axé Saravá, desde que o grupo surgiu no Ceará em junho do ano passado. Integrando a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde, o GT tem o objetivo de dar apoio às mulheres negras de terreiro que sofrem discriminações, e luta pelo direito humano à saúde e pela defesa da construção de políticas públicas que promovam a igualdade racial no atendimento à saúde.

Segundo ela, o grupo trabalha a autoestima das mulheres negras de terreiro, promove discussões sobre direito de igualdade racial, além de realizar fóruns e conferências.

"Muitas dessas mulheres não querem expor essas discriminações... O trabalho com elas é bem lento e envolve o sigilo quando estamos nas reuniões. Algumas têm até timidez de assumir que é uma mulher de terreiro. Por isso o trabalho do GT tem sido importante, para que ela se sinta segura de assumir sua identidade étnica e afro-religiosa", explica Kelma de Yemanjá, coordenadora do Mulheres de Axé-Saravá.

Apesar de o GT também realizar atividades dentro dos Centros de Atenção Psicossocial, OCA terapêutica da Saúde Mental, Museu do Ceará e outros espaços, Kelma comenta que este "é um trabalho muito mais de parceria com os terreiros, pois ainda não temos apoio nem do governo municipal, nem do estadual".

Neste próximo 27 de julho, as mulheres de Axé-Saravá estarão com um stand na Praça do Ferreira, no Centro da capital, para promover a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST's/Aids) e hepatites virais, em parceria com a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Além do foco de atenção à saúde, o dia também será de programação cultural.

Saúde da mulher negra

Pesquisas comprovam que a população negra é mais acometida por determinadas doenças, como hipertensão arterial, anemia falciforme, diabetes mellitus, HIV/Aids, tuberculose, hanseníase, câncer de colo uterino e de mama, entre outras. "No caso da mulher negra, mais vulnerável a várias patologias pelo processo histórico de exclusão social, econômica, política e cultural a que foi submetida, cabe aos serviços de saúde garantir atendimento adequado para a redução dessa vulnerabilidade", diz Meiry Coelho, integrante do Instituto Negra do Ceará (Inegra).

Para se ter uma ideia da dimensão do problema, a hipertensão arterial começa mais cedo na população negra, e, de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), é uma das principais causas de mortalidade materna de mulheres negras. Além disso, as negras também têm 50% a mais de chances de desenvolver diabetes do que as brancas. A anemia falciforme é a doença genética com maior incidência na população negra, caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos no sangue, e apresenta alto índice de mortalidade. Mulheres com anemia falciforme apresentam maior risco de abortamento e complicações durante o parto.

Devido a essas peculiaridades, é que se faz necessário um atendimento especializado para a saúde da população negra, em especial da mulher. Mas, para Kelma de Yemanjá, "a humanização da saúde ainda passa muito longe das necessidades básicas, secundárias e terciárias aqui no Ceará".



Meiry Coelho ressalta que a falta de informação é ocasionada pela subnotificação do quesito cor, uma das principais demandas do movimento negro, nos formulários



Brasil
Volksverein
(Selvino Heck)



Mundo
'Escalada da Violência' – a criminalização e o medo como forma de controle social

(Maria Dolores de Brito Mota)



América Latina
Às portas do Festival de Cinema de Locarno. Tapete vermelho para o cinema latino-americano

(Sergio Ferrari)



Cuba
Gênero e saúde, desafio profissional e social

(SEMIac)



América Latina e Caribe
Entrevista com João Pedro Stédile: 'A América Latina está vivendo uma conjuntura positiva para a classe trabalhadora em geral'

(MST)



Brasil
O que a Lei de Diretrizes Orçamentárias diz à população?

(Inesc)



Brasil
Repúdio à nova portaria da AGU

(CIMI)



Brasil
Quando será julgado o mensalão tucano?

(Ricardo Kotscho)



Bolívia
A Coca-Cola está com seus dias contados na Bolívia

(Varias organizaciones)



Brasil
Impactos socioambientais na corrida por megawatts na região

(Inesc)



Mundo
Economia verde, economia incluyente

(Frei Betto)



Brasil
Tratado de Comércio de Armas e a transparência. A posição anacrônica do Brasil. Entrevista com Cristian Wittmann

(IHU - Unisinos)



das mulheres que procuram os espaços de saúde no Ceará, fato esse que "dificulta uma análise real da saúde da mulher negra, demarcando a impossibilidade de um planejamento das ações de saúde da mulher com recorte racial e étnico".

Para o Inegra, as deficiências no atendimento de saúde da população negra, além de reforçarem o racismo na saúde, ampliam as barreiras ao acesso e "aumentam a vulnerabilidade das mulheres negras". "Para as mulheres negras quilombolas, a situação é mais grave, já que a única política disponível é a de saúde para a população no campo", comenta.

Desigualdade no atendimento

Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que a população negra representa 67% do público atendido pelo SUS, enquanto que a branca representa 47,2% do público total. Mesmo sendo a maioria das/os pacientes atendidos no Sistema, a saúde da população negra é constantemente negligenciada.

Apesar disso, o Relatório Anual das Desigualdades Raciais (2009-2010) demonstra que existem diferenças no tratamento de mulheres brancas e negras nos serviços de saúde, revelando que no geral, mulheres negras têm menos acesso à realização de exames relacionados à sua saúde sexual e reprodutiva do que as brancas.

Esses indicadores, que provam que mulheres brancas recebem mais benefícios do que as negras no acesso à saúde, sinalizam a presença do racismo institucional dentro dos estabelecimentos do segmento. Tamanha desigualdade no atendimento à saúde está diretamente relacionada com a mortalidade materna que acomete mais as mulheres negras. Segundo dados de 2007, a morte materna de mulheres negras foi 65,1% superior do que a das brancas.

"Por racismo institucional na saúde, compreendemos o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional às pessoas por causa da cor, cultura ou origem étnica. Na saúde, as maiores vítimas são as mulheres negras e indígenas", afirma o Inegra.

25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha

Na semana em que se comemora o *Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha*, constatar que ainda é tão marcante a ausência de políticas e de direitos que garantam o respeito às especificidades e diversidades dessas mulheres, mostra que o Brasil, em especial o Ceará, ainda tem muito a avançar.

O 25 de Julho foi instituído durante o *1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas*, realizado em 1992, na República Dominicana, com o objetivo de discutir e promover políticas de inclusão e debater sobre discriminação racial e de gênero. Desde então passou a ser um dia marcado por celebrações e atividades que dão visibilidade à identidade das mulheres negras e fortalecem suas lutas diárias contra as desigualdades, o racismo, a discriminação e o sexismo.

Redenção?

O estado do Ceará se vangloria de ter sido a primeira província brasileira a abolir a escravidão no Brasil, a ponto de ser conhecido como Terra da Luz. O feito aconteceu na cidade de Redenção em 25 de março de 1884 – quatro anos antes, então, do 13 de Maio, marcado pela assinatura da Lei Áurea, em 1888. A abolição, no entanto, se deu num contexto onde a presença do povo negro não era, sob o ponto de vista comercial, interessante para os fazendeiros e demais castas ricas cearenses, uma vez que não se teve fortemente a cultura de cana-de-açúcar ou do café, comuns em outros estados como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo.



"*Negros no Ceará – Redenção?*" é uma série de matérias elaboradas por ADITAL que busca retratar e questionar a história atual do povo negro no Ceará. Quais são suas lutas, como se identificam neste processo ainda bem marcado pelas nuances brancas, o que tem a dizer sobre o orgulho de ser negro, o que acham das políticas afirmativas, o que pensam do preconceito. Essas são algumas das diretrizes que procuram evidenciar esta cultura rica que, embora invisibilizada, pulsa forte como

▲ anteriores ● todos ▼ próximos

+ veja outros artigos em espanhol

uma batida do maracatu e que cada vez mais conquista seu espaço através de muita luta, que reverbera em seus tambores o ritmo da justiça e o anseio de peltar uma dívida histórica social.



Link permanente: <http://www.adital.com.br/?m=cdsv>

Ao publicar em meio impresso, favor citar a fonte e enviar cópia para:
Caixa Postal 131 - CEP 60.001-970 - Fortaleza - Ceará - Brasil

Veja mais:

- [Brasil - Em busca de respeito: mesmo com expressiva presença no Estado, religiões de origem africana vivem sob o preconceito \(Natasha Pitts\)](#)
- [Brasil - Do sonho à luta: estudantes guineenses se mobilizam para assegurar seus direitos no Ceará \(Karol Assunção\)](#)
- [Brasil - Mesmo invisibilizados, jovens negros cearenses exercem seu protagonismo \(Tatiana Félix\)](#)
- [Listar notícias de: Negros no Ceará - Redenção?](#)
- [Listar notícias do país: Brasil](#)

[◀ Início](#)

INSTITUCIONAL

Quem Somos

- O que é ADITAL
- Apoiadores (amigos de ADITAL)
- Fale Conosco
- Cadastre-se
- Anuncie
- Estatísticas

CANAIS

Artigos - Opinião

Movimentos Sociais

- Ações pela vida
- Arte e Cultura
- Boas Ideias em Comunicação
- Comunicação
- Confecom
- Crianças e Adolescentes
- Cúpula dos Povos
- Economia Solidária
- Juventude
- Meio Ambiente
- Migrantes
- Movimentos Sociais
- Negros
- Negros no Ceará - Redenção?
- Pessoas com deficiência
- Povos Indígenas
- Questão Agrária
- Tecnologias Sociais
- Trabalhadores
- Tráfico de pessoas

Igrejas - Religiões

- Bíblia
- Campanhas da Fraternidade
- CF 2012
- Conferência de Aparecida - Celam
- Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso
- Igrejas - Religiões
- Jornadas e Congresso de Teologia
- Teologia

Mulheres - Gênero

- Diversidade Sexual
- Feminicídio
- Gênero
- Mulheres
- Tráfico de Pessoas

ADITAL Jovem

Políticas

- Economia
- Educação
- Esportes
- Política
- Saúde
- Turismo

Direitos Humanos

Programas de Rádio

Entrevistas



Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, 2011 © ADITAL

Este site é melhor visualizado na resolução 1024 x 768 ou maior.
Por ter sido desenvolvido de acordo com padrões modernos para melhorar a navegabilidade, recomendamos utilizar um navegador mais recente.
Caso seu navegador não esteja atualizado com a lista a seguir, escolha o seu favorito e faça o download grátis.
[Internet Explorer 8+](#) [Firefox 3+](#) [Safari 5+](#) [Opera 9+](#) [Google Chrome](#)



ADITAL

NOTÍCIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

27.07.12 - Brasil

Negros sim!: Reconhecimento, atuação e orgulho reforçam a afirmação da negritude no Ceará

Rogéria Araújo

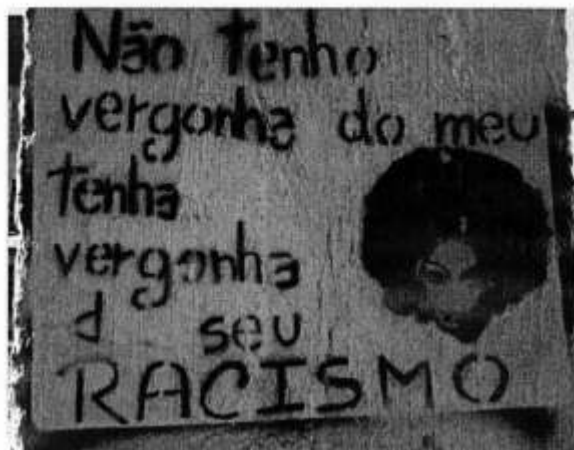
Jornalista da Adital

Adital

***Você ri da minha roupa
Você ri do meu cabelo
Você ri da minha pele
Você ri do meu sorriso...***

***A verdade é que você
(Todo brasileiro tem!)
Tem sangue crioulo
Tem cabelo duro
Sará crioulo...***

(Música 'Olhos Coloridos', de Macau)



"Não tenho vergonha do meu cabelo. Tenho vergonha do seu racismo". A frase, estampada em grafite, numa figura com cabelo black-power, numa grande avenida de Fortaleza, capital do Ceará, define bem um momento especial vivenciado por movimentos, organizações, grupos culturais e entidades que – de diversas formas – trabalham com a questão negra: o reconhecimento e o orgulho de ser negro.

Vale salientar que, num estado onde foi sedimentada a ideia de que não há negros, as ações para dar visibilidade às demandas desta população exigem mais esforços, afinal se está lutando contra

uma construção histórica que se enraizou e que continua sendo repetida. De acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), somente 4,64% da população cearense se assumiram como preta; em contraponto, 61,6% se afirmaram como parda.

"Ainda é muito difícil responder um questionário, seja do IBGE, no Censo Escolar ao fazer a matrícula e afirmar a cor preta. Até porque ser negro no Brasil está para além da cor. Mas é certo que a cada novo censo a população preta aumenta e isso não é fruto de um milagre ou de um boom da população negra. Isso se dá principalmente porque mais pessoas estão assumindo sua história e sua afrodescendência", explica a historiadora Sílvia Maria Vieira.

A situação do povo negro no Ceará, como em outros estados brasileiros, está diretamente ligada à problemática social. Os mais pobres são os negros, a maior parcela de desempregados é a negra, os com menos escolaridade são o povo negro e por aí se segue num total contexto de exclusão, no qual ser negro, ser preto é ser colocado num ostracismo social.

Leno Farias, presidente da Associação Afro-Brasileira de Cultura Alôgba, com uma visão bastante crítica, afirma que ser negro no Ceará é ser marginal e que o racismo está implícito até em formas muito simples de abordagem como o próprio questionário do IBGE. "Por que a opção preta tem que ser a última? A primeira opção é a branca. Você já é o último em tantas coisas, vai querer ser o último até nisso?", questionou, justificando o porquê de a maioria das pessoas escolher ser 'parda'.

Mas nesse processo de reconhecimento esse panorama já está mudando. Lentamente, mas está. Para ele já há uma certa busca pelas raízes africanas, as pessoas já conseguem se redescobrirem e se valorizarem pelas culturas de sua raça e esse reconhecimento é essencial para avançar em políticas públicas e ter os direitos respeitados e implementados.

"Ser negro no Ceará passa pelo autoconhecimento, pelo saber que é negro, do se orgulhar em todos os recortes desde a cor da pele até a posição social", esclareceu. "A melhor forma de se segregar um povo é desconstruir a valorização que ele tem. Foi isso que aconteceu. E é isso que estamos tentando mudar de várias formas", completou.

A historiadora Sílvia Maria Vieira também se manifesta sobre essa onda de mudança na afirmação negra que vem acontecendo no Ceará. Explicou que levou muito tempo para que essa ideologia de que não existiam negros no Ceará fosse cristalizada. Mas é justamente aí que movimentos sociais, especialmente os negros, acadêmicos e ativistas entram em cena com mais força politizadora e mobilizadora para reverter esses pilares históricos equivocados.



"É lento, mas gradualmente se está minando esta ideia errônea [de que não existem negros no Ceará] acerca da nossa população. A cada dia descobrimos mais informações sobre a população africana em nosso estado e suas contribuições para a economia, política, tecnologia e cultura", comentou a historiadora.

Africanizando através da cultura

Ir em busca da africanidade que existe em cada um/a que não se reconhece como negro/a é uma missão das mais difíceis. Mas longe de ser impossível. O professor de Capoeira e arte-educador, André Souza, vê nas gingas das rodas de capoeira uma grande força de expressão que tem levado muita gente a se orgulhar e se assumir como negro e negra. É no som do berimbau e

dos atabaques que André presencia mudanças de comportamento e de atitude com relação à raça, que há tempos assumiu.

"Esse processo de afirmação é algo que eu busco muito trabalhando com esses grupos [comunidades, população em situação de rua, crianças e adolescentes]. Saber que é negro é o princípio de tudo. Nesses anos todos, vejo que as coisas são difíceis, mas já houve muita mudança sim. Essa história do orgulho negro já é bem mais real do que há alguns anos", disse.

Para André o preconceito e o racismo são extremamente presentes. Mas por outro lado, "muitos dos nossos" já sabem que têm direitos, já sabem que não podem ser tratados de forma diferenciada por causa da cor da pele, por causa do cabelo. Segundo ele, isso já é um resultado positivo desse processo de afirmação.

"Sofro pra caramba. Assumo um cabelo, assumo um tambor, assumo uma questão... É super complicado. Mas tenho o entendimento disso, sei o que isso significa e tento passar para outras pessoas. De alguma forma, creio que estamos conseguindo", avaliou.

Safo e seus tambores



Em 2010, o grupo de percussão Tambores de Safo começou a levar para as ruas, em manifestações, passeatas em paradas pela diversidade sexual, sua arte em forma de protesto. E por trás de toda essa leva de reivindicações, que começam pela causa negra e vão até a liberdade e respeito pela opção sexual, está a Mama África, ressonando no peito com todos os seus instrumentos ancestrais.

Para Lila M., uma das integrantes do grupo, elevar a autoestima da população negra através da dança, do corpo, da música, das letras tem sido possível através das apresentações. Para quem é preta – conta Lila – situações de preconceito acontecem

todos os dias e, por isso, é preciso estar atento quando se percebe que o direito está sendo violado por conta da discriminação e do racismo.

Mas até chegar ao grupo, Lila passou por um processo de reconhecimento forte. E, então, depois que se 'descobriu' negra, nada mais foi o mesmo. "Quando eu disse: 'eu sou negra' tudo mudou. Vi que era uma forma de combater esse sistema racista e cruel com a gente mesmo, que nos diz o tempo todo que nosso cabelo tem que ser liso, que meu nariz tem que ser fino, que mulher negra tem que ser gostosa", falou.

Alisar o cabelo, nem pensar. "A'chapinha' que passe longe da minha negritude", afirmou orgulhosa, se referindo à moda do alisamento de cabelos que representa a ditadura da estética branca que insiste em padronizar os cabelos, como padroniza comportamentos e atitudes.

No entanto, Lila reconhece que é difícil ir contra esses padrões. E tudo, complementa, começa dentro da própria família. "É difícil conhecer e conscientizar nossos pais de que não temos que alisar o cabelo. Na

verdade, que não queremos alisar. Quero meu cabelo assim, quero meu black, quero meu afro, quero meu dread", falou convicta.

Campanha Negras Livres

Na semana em que se celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha – no dia 25 de Julho– uma campanha chegou para reforçar o que Lila M. descreveu acima. Vários coletivos, entidades, militantes, fóruns se reuniram, tendo à frente o Instituto Negra do Ceará (Inegra), e lançaram a "Negras Livres".

A campanha tem por objetivo motivar as mulheres negras a assumirem sua raça, a não terem vergonha de suas roupas coloridas, da cor da pele, do cabelo, enfim...de tudo o que caracterizam suas raízes afros.

"Aqui no Ceará, diferente dos outros estados, tem muito essa coisa de as pessoas definirem sua cor com vergonha. Para não dizer que são negras, preferem dizer que são marrom-bombom, por exemplo. Isso é muito importante de combater", opinou Aby Rodrigues, integrante do Inegra.

Para as mulheres negras que não possuem cabelos lisos é muito comum ouvir a frase: "Por que você não 'ajeita' o cabelo?". O 'ajeitar', complementou Aby, quer dizer que o cabelo negro não está dentro do padrão, então precisa ser 'ajeitado'. "Daí vemos como nosso cabelo incomoda. É muito deslocado esse conceito do belo. Por que meu cabelo crespo, duro, alto não pode ser belo? Claro que pode! Não há problema nenhum com nosso cabelo", ressaltou.



Para a campanha foram fotografadas militantes do movimento negro local. Cada uma com sua beleza diferente, mas salientando o valor de ser negra. Aby contou, ainda, que cada uma dessas mulheres passou por diversas situações de discriminação até se aceitarem. "Sofremos muito desde a infância, fomos apelidadas quando éramos crianças por conta dos nossos cabelos. Foi um processo de transição

doloroso", contou. Mas a campanha está aí para isso: dizer que a mulher negra é linda e não tem do que se envergonhar, muito pelo contrário.

A campanha foi motivada pelo "25 de Julho", mas terá continuidade porque é atemporal. As imagens foram feitas pelas fotógrafas Camila Garcia e Aline Furtado.

Para conhecer o material:

<https://www.facebook.com/25DeJulhoDiaDaMulherNegraLatinoAmericanaECaribenha>

Redenção?

O estado do Ceará se vangloria de ter sido a primeira província brasileira a abolir a escravidão no Brasil, a ponto de ser conhecido como Terra da Luz. O feito aconteceu na cidade de Redenção em 25 de março de 1884 – quatro anos antes, então, do 13 de Maio, marcado pela assinatura da Lei Áurea, em 1888. A abolição, no entanto, se deu num contexto onde a presença do povo negro não era, sob o ponto de vista comercial, interessante para os fazendeiros e demais castas ricas cearenses, uma vez que não se teve fortemente a cultura de cana-de-açúcar ou do café, comuns em outros estados como Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo.



"Negros no Ceará – Redenção?" é uma série de matérias elaboradas por **ADITAL** que busca retratar e questionar a história atual do povo negro no Ceará. Quais são suas lutas, como se identificam neste processo ainda bem marcado pelas nuances brancas, o que tem a dizer sobre o orgulho de ser negro, o que acham das políticas afirmativas, o que pensam do preconceito. Essas são algumas das diretrizes que procuram evidenciar esta cultura rica que, embora invisibilizada, pulsa forte como uma batida do maracatu e que cada vez mais conquista seu espaço através de muita luta, que

reverbera em seus tambores o ritmo da justiça e o anseio de peitar uma dívida histórica social.